


# Proposição e Verdade

Filosofia · Epistemologia · 3 de agosto de 2026

## O termo

Começo pela definição, porque o desentendimento acerca desta palavra produz mais estrago teológico do que qualquer conclusão derivada dela. Proposição é o significado que pode ser afirmado ou negado, isto é, o conteúdo intelectual que uma sentença declarativa comunica quando declara alguma coisa. A sentença pertence a um idioma, a uma tipografia, a uma garganta; a proposição é aquilo que a sentença diz. "Cristo ressuscitou", "Christ is risen" e a frase grega correspondente formam três séries de sinais e uma só verdade. O papel pode amarelar, a pronúncia variar, a tradução melhorar, e o significado permanece idêntico a si mesmo, porque o significado não é feito de tinta ou da língua que o pronuncia.

Daqui decorre a primeira distinção que o leitor precisa fixar antes de prosseguir. Uma sequência sonora pode ser alta, uma página pode estar rasgada, uma palavra pode ser trissílaba, e nenhuma dessas propriedades tem qualquer relação com verdade ou falsidade. Verdade é propriedade daquilo que se afirma. Quando a Escritura é chamada Palavra de Deus, o objeto da reverência é o conteúdo revelado, e não a celulose que o transporta. Quem destrói um exemplar destruiu um objeto físico, e as proposições que estavam ali continuam verdadeiras na mente de Deus, na memória do fiel e em todos os demais exemplares do mundo.

## Somente proposições são verdadeiras

Aqui está o nervo do assunto, e convém enunciá-lo com secura: verdade é propriedade exclusiva de proposições. Uma pedra não é verdadeira nem falsa; ela existe. Uma dor não é verdadeira nem falsa; ela dói. Um pôr do sol não é verdadeiro nem falso; ele ocorre. Verdadeiro ou falso é o que se afirma acerca deles: que a pedra é granito, que a dor procede do dente, que o sol se pôs às seis. Onde não há afirmação, nada há que possa ser verdadeiro, e onde nada pode ser verdadeiro, não há conhecimento no sentido rigoroso do termo. Gordon Clark fixou a tese numa fórmula que atravessa todo o escrituralismo: proposições, e não conceitos, são os objetos do conhecimento, porque somente proposições possuem valor de verdade.

Note o leitor o alcance devastador desse princípio elementar. Um acontecimento histórico, por mais grandioso, não carrega dentro de si o seu próprio significado. Uma execução romana numa colina fora de Jerusalém pode ser derrota política, exemplo de coragem, tragédia de um profeta ingênuo ou expiação substitutiva pelos pecados do povo eleito. A madeira não informa qual dessas leituras é a correta. Deus

informa, e informa em sentenças: Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras. Aquele que reduz a revelação a atos, encontros, símbolos e presenças ficou com o acontecimento nas mãos e perdeu o meio pelo qual saberia o que aconteceu.

O mesmo julgamento recai sobre a experiência religiosa. Sensação alguma contém dentro de si a proposição pela qual deve ser interpretada. O êxtase informa que houve êxtase, e nada mais; para saber que o êxtase veio de Deus, e que veio deste Deus, e que significa isto e não aquilo, o sujeito precisa de uma proposição que a experiência jamais lhe forneceu. Todo misticismo vive de contrabandear conteúdo doutrinário para dentro de um estado que, por definição, não afirma coisa alguma.

## Onde reside a verdade

Se somente proposições são verdadeiras, e se proposições são significados pensados, então a verdade requer uma mente. Uma verdade que ninguém pensa é tão possível quanto uma dor que ninguém sente. Ora, há verdades que precedem toda mente criada, verdades que permaneceriam ainda que o universo inteiro fosse aniquilado, verdades que jamais dependeram do consenso, da votação ou da estrutura de um cérebro. A lei da contradição não foi promulgada por filósofos gregos em assembleia. Segue-se que existe uma Mente eterna e imutável na qual a verdade subsiste eternamente, e o nome dessa Mente foi revelado no princípio do evangelho de João.

Uma proposição é verdadeira quando corresponde ao que Deus pensa. Este é o critério, e não haverá outro. Deus não aprende o conteúdo de sua ciência a partir de uma realidade independente que lhe seja anterior; as coisas são como são porque seu decreto e seu conhecimento as determinam. O leitor apressado suspeitará aqui de arbitrariedade, como se a verdade dependesse de um capricho onipotente capaz de tornar dois igual a três. A suspeita se dissolve com uma distinção: o pensamento divino expressa uma natureza imutável, de modo que Deus não poderia declarar que ele próprio inexiste, ou que o Filho não é o Filho, porque a contradição não se converte em possibilidade pelo acréscimo da palavra soberania.

Convém distinguir ainda dois modos pelos quais a verdade criada depende dele. Algumas proposições exprimem sua natureza necessária, e "Deus é verdadeiro" jamais poderia ter sido diferente. Outras descrevem o mundo que ele livremente decidiu criar, e "há um mar entre a África e a América" depende do decreto pelo qual organizou a terra. Em nenhum dos dois casos existe verdade fora do seu conhecimento.

## A Escritura como sistema proposicional

O axioma do escrituralismo diz que a Bíblia é a Palavra de Deus, e a fórmula não pretende reduzir o conteúdo do primeiro princípio às letras dessa breve sentença. Ela indica o cânon inteiro, recebido como comunicação da mente divina em sentenças determinadas. Deus não inspirou uma atmosfera, um clima, um sentimento de dependência criatural, ou qualquer baboseira assim. Ele inspirou palavras que exprimem significado, e por isso o cristianismo possui doutrina em vez de possuir apenas humores e sensações.

Dessa premissa procede o método. As doutrinas cristãs se obtêm das proposições bíblicas por dedução válida, e a Confissão de Westminster expressou o princípio ao afirmar que todo o conselho de Deus está expressamente declarado na Escritura ou pode ser dela deduzido por boa e necessária consequência. Pese o leitor as duas palavras. "Boa" exclui a inferência que agrada ao púlpito e desrespeita as regras do pensamento verdadeiro. "Necessária" exclui o salto pelo qual uma conclusão apenas provável,

conveniente ou historicamente consagrada recebe o timbre de "assim diz o Senhor". Se a conclusão pode ser falsa enquanto todas as premissas permanecem verdadeiras, houve opinião vestida de revelação, e grande parte do abuso eclesiástico consiste precisamente nesse disfarce.

## Conhecimento, opinião e habilidade

Conhecimento, no sentido rigoroso, é a posse de proposição verdadeira com justificação infalível. A definição parece estreita porque é estreita, e é estreita justamente porque a alternativa consiste em chamar de conhecimento aquilo de que não duvidamos no momento, o que transforma a palavra em registro autobiográfico do grau de conforto psicológico do falante. Se o conhecimento pode ser falso, não merece o nome; se a justificação admite que a conclusão talvez não siga, não produziu certeza; se uma proposição universal foi extraída de casos particulares, a inferência acrescentou à conclusão aquilo que as premissas não continham, e os problemas epistêmicos só escalam.

A Palavra de Deus fornece a justificação exigida, porque Deus não mente, e as consequências necessárias conservam a verdade quando a inferência é válida. Sabemos que Deus criou, que Cristo ressuscitou, que o roubo é pecado e que nenhuma contradição é verdadeira, e sabemos essas coisas com certeza racional, e não com entusiasmo. Ao lado disso permanecem duas categorias legítimas e subordinadas. A opinião pode ser verdadeira ou falsa, mais ou menos razoável, útil ou imprudente, e abrange a maior parte das estimativas médicas, históricas, econômicas e científicas com que administramos a vida. A habilidade é a capacidade de executar uma tarefa, e o artesão constrói pontes confiáveis sem possuir teoria verdadeira acerca de cada mecanismo envolvido; não pelo menos em sentido completo, mas em outro momento podemos discutir a posse da verdade, em particular, pelo cristão.

Esta tríplice distinção presta um serviço pastoral que poucos esperam dela: impede que o cristão canonize seus palpites e impede que ele se ajoelhe diante dos palpites alheios. Um título acadêmico atesta treino e habilidade, sem converter opinião em conhecimento. O consenso registra a concordância de especialistas, sem conferir infalibilidade a ninguém. Os dados são úteis, e jamais interpretam a si mesmos.

## Identidade proposicional

Objeta-se com frequência que o conhecimento humano acerca de Deus seria meramente análogo ao conhecimento divino, sem coincidência de conteúdo entre o que Deus conhece e o que a criatura conhece. A intenção declarada tem aparência de piedade e o resultado é ruinoso. Se Deus revela "Jesus Cristo ressuscitou" e o cristão entende e crê nessa proposição, o conteúdo conhecido é o mesmo, ainda que o modo, a extensão e a perfeição do conhecimento sejam infinitamente diferentes. Deus conhece essa verdade em relação com a totalidade de seu decreto; eu a conheço isoladamente, com esforço, e depois de ter sido ensinado. A diferença é imensa e recai sobre o sujeito, jamais sobre o conteúdo. Retirada a identidade proposicional, a revelação deixa de revelar, fazendo a pregação anunciar uma aproximação de sentido desconhecido e a fé assentir a coisa nenhuma.

## As objeções costumeiras

Dizem que Cristo é a verdade, e que verdade seria uma pessoa encontrada em vez de conteúdo crido. Ora, a identidade de Jesus e o significado de sua declaração alcançam o leitor por proposições, e sem informação ninguém saberia qual pessoa encontrou nem por que deveria chamá-la assim. O uso joanino do termo confirma o caráter cognitivo: testemunhas dizem a verdade num tribunal, o Filho comunica o que ouviu do Pai, os discípulos conhecem a verdade que os liberta, e até o praticar a verdade pressupõe

um mandamento conhecido. Cristo é a verdade porque a mente divina é a fonte e a medida de toda proposição verdadeira, e o Filho revela perfeitamente o Pai. A pessoalidade explica a origem viva da proposição.

Dizem que a linguagem humana é fraca demais para conter Deus. A objeção supõe resolvido aquilo que deveria demonstrar. Palavras são sinais convencionais pelos quais a mente designa pensamentos, e se Deus criou uma mente capaz de pensar verdadeiramente a seu respeito, qualquer sinal público que ele ordene pode representar esse pensamento. "Deus é santo" comunica verdade real sem comunicar toda a verdade possível, e a nossa limitação está na quantidade do conteúdo recebido, sem qualquer falsidade inerente ao que foi dito.

Dizem, por fim, que a insistência na proposição produz um cristianismo frio e racionalista. Observe o leitor quem lucra com essa acusação. Quanto menos o texto determina, mais o mediador governa. Declarada a realidade alta demais para a proposição, transfere-se ao intérprete graduado o poder de atravessar as palavras rumo a um conteúdo que ninguém pode conferir, e a doutrina passa a depender da autoridade de quem viu o inefável. A Escritura torna pública a doutrina, permite que a avó e o doutor confessem a mesma verdade e submete ambos ao mesmo sentido. A profundidade cristã reside na riqueza das proposições de Deus e nas consequências que uma vida inteira não termina de deduzir.

## A ocasião da compreensão

Resta explicar como uma proposição passa a habitar duas mentes distintas, e o materialismo naufraga completamente aqui. Se o pensamento fosse um evento localizado no cérebro, comunicar exigiria transportar matéria de um crânio a outro, e as ondas sonoras carregariam apenas propriedades físicas. A semelhança de padrões neurais tampouco produziria identidade de significado, pois dois computadores exibem a mesma sequência de caracteres sem compreender uma linha.

O sistema cristão principia de outra unidade. As mentes foram criadas pelo mesmo Logos, a verdade subsiste na mente de Deus e a providência governa quem fala e quem ouve. Na ocasião em que a voz é produzida e os ouvidos são afetados, Deus causa o pensamento correspondente no ouvinte; na ocasião em que os olhos percorrem a página, Deus causa a apreensão da proposição. Nenhuma ideia viaja pelo ar. Há um Deus presente às duas mentes, e por isso o pregador argumenta, o ouvinte pensa, a proposição é entendida e Deus produz o resultado. A mesma linha impressa é seguida de compreensão num homem, de indiferença noutro e de incredulidade em ambos, enquanto a tinta permanece igual.

## Conclusão óbvia

Consinta o leitor em recolher o argumento numa cadeia curta, e verá que a doutrina inteira se sustenta ou cai em três elos. Primeiro, verdade é propriedade de proposições, de modo que objetos, eventos, sensações e encontros nada afirmam e nada podem fundar. Segundo, proposições existem em mentes, e as verdades eternas exigem uma Mente eterna, que é Deus. Terceiro, Deus falou em sentenças determinadas, de sorte que a Escritura e suas consequências necessárias constituem o conhecimento humano propriamente dito, restando às demais faculdades o território honesto da opinião e da habilidade.

Quem recusa o primeiro elo perde o direito de dizer que sua teologia é verdadeira, pois nada terá que possa ser verdadeiro. Quem recusa o segundo entrega a verdade ao costume biológico ou à votação de uma comunidade e perde a necessidade que ele mesmo reivindica ao argumentar. Quem recusa o terceiro conserva o vocabulário da revelação e submete seu conteúdo a um tribunal que Deus não instituiu, repetindo com linguagem acadêmica a antiga transferência de jurisdição ocorrida no jardim.

Nada disso é atoa. A mente renovada pela Palavra assente às proposições de Deus porque Deus as disse, deduz suas consequências porque a verdade não se contradiz e derruba toda altivez que se levanta contra o conhecimento divino. Esse é o culto racional a que fomos chamados, e a igreja que o abandona, trocando a proposição pela atmosfera, não se tornará mais espiritual por isso, mas apenas incapaz de dizer o que crê, e depois incapaz de saber se ainda crê em alguma coisa.